

# Programa de Concurso

**Concurso Público Para Aquisição de Serviços de Manutenção de AVAC, Bombagem e Águas Quentes para os Centros de Saúde do Município de Vila Nova de Gaia (2025 – 2028)**



## Índice

Secção I – Disposições Gerais.....	3
1. Identificação e objeto do procedimento.....	3
2. Entidade Adjudicante .....	3
3. Decisão de contratar .....	3
4. Fundamento da Escolha do procedimento .....	3
5. Concorrentes .....	3
6. Impedimentos.....	4
7. Agrupamento de Empresas – Admissibilidade e modalidade jurídica de associação .....	4
8. Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento .....	5
9. Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento .....	6
Secção II – Proposta .....	7
10. Proposta.....	7
11. Documentos que Instruem a Proposta.....	7
12. Prazo de Apresentação de Propostas .....	9
13. Apresentação de Proposta Variante.....	9
14. Preço anormalmente baixo .....	9
15. Modo de Apresentação de Propostas .....	10
16. Publicitação da Lista de Concorrentes.....	11
Secção III – Adjudicação e habilitação.....	11
17. Critério de Adjudicação .....	11
18. Prestação de Esclarecimentos pelos Concorrentes.....	12
19. Prazo de Obrigação de Manutenção das Propostas.....	12
20. Relatório Preliminar, Audiência Prévia e Relatório Final.....	12
21. Adjudicação de propostas por lotes .....	13
22. Critério de Desempate.....	13
23. Documentos de Habilitação .....	13
24. Registo Central de Beneficiário Efetivo .....	15
25. Outros documentos Obrigatórios.....	15
26. Caução .....	16
27. Minuta do Contrato .....	16
28. Reclamações quanto à minuta do Contrato.....	16
29. Celebração do Contrato.....	16
30. Comunicações.....	17
31. Contagem dos prazos .....	17
32. Despesas e Encargos.....	17
33. Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas .....	17
34. Legislação Aplicável .....	17
ANEXO A .....	18
ANEXO B .....	19
ANEXO C .....	20



## **Secção I – Disposições Gerais**

### **1. Identificação e objeto do procedimento**

O presente procedimento tem por objeto a **Aquisição de Serviços de Manutenção de AVAC, Bombagem e Águas Quentes para os Centros de Saúde do Município de Vila Nova de Gaia (2025 – 2028)**.

### **2. Entidade Adjudicante**

Para efeitos do presente procedimento, a entidade adjudicante é o Município de Vila Nova de Gaia, com sede na Rua Álvares Cabral, 4400-017 Vila Nova de Gaia, sendo o presente procedimento promovido pela Divisão de Aquisição de Bens e Serviços na dependência do Departamento de Contratação e Notariado e da Direção Municipal de Contratação Pública, telefone: 22 3742400, com o endereço de correio eletrónico: [geraldabs@cm-gaia.pt](mailto:geraldabs@cm-gaia.pt).

### **3. Decisão de contratar**

**3. 1.** Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a decisão de contratar inerente ao presente procedimento foi proferida por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, datado de 27/05/2025, de acordo com a delegação de competências da Câmara Municipal conferida àquele órgão, aprovada na Reunião de Câmara realizada no dia 18/10/2021, resultando do facto de a Entidade Adjudicante não dispor de recursos próprios para a satisfação da necessidade pública em questão.

**3. 2.** Nos termos e para efeitos do número 5 do artigo 36.º do CCP, informa-se que o presente procedimento decorre da informação interna n.º EDOC/2025/38401.

### **4. Fundamento da Escolha do procedimento**

A escolha do procedimento do tipo Concurso Público foi tomada com fundamento na alínea a) do nº 1 do artigo 20.º e 131.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, na atual redação (doravante abreviadamente designado por CCP).

### **5. Concorrentes**

**5. 1.** Sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do CCP, podem apresentar propostas no âmbito do presente procedimento todas as pessoas, singulares ou coletivas, que não se encontrem em nenhuma situação de impedimento, nos termos e para os efeitos do artigo 55.º do CCP.



**5. 2.** No âmbito do presente procedimento, podem ser concorrentes quaisquer agrupamentos de pessoas, singulares ou coletivas, sem que entre eles exista qualquer modalidade jurídica de associação.

**5. 3.** Em caso de adjudicação, deverão todos os membros do agrupamento concorrente associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

## **6. Impedimentos**

**6.1.** Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento concorrente as entidades face às quais se verifique algum dos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP.

**6.2.** A ocorrência de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55º do CCP implica a imediata exclusão do concorrente, sem prejuízo do estipulado no artigo 55.º-A do mesmo Código.

**6.3.** No caso dos agrupamentos, a verificação de qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55º do CCP por parte de qualquer uma das entidades que o compõem impede a admissão a concurso do agrupamento concorrente ou determina a sua exclusão.

## **7. Agrupamento de Empresas – Admissibilidade e modalidade jurídica de associação**

Podem ser concorrentes agrupamentos de empresas, sem que entre estes exista necessariamente qualquer modalidade jurídica de associação, devendo ser observadas as seguintes condições:

- a.** Os membros do agrupamento concorrente não podem, em simultâneo, ser concorrentes de forma isolada ou integrar outro agrupamento concorrente;
- b.** Todos os membros do agrupamento, e apenas esses, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de Agrupamento Complementar de Empresas ou de Consórcio Externo, nos termos do DL n.º 231/81 de 28 de julho, com sede em Portugal;
- c.** O agrupamento deve fornecer à entidade adjudicante indicação clara da modalidade de associação escolhida e da participação qualitativa e quantitativa de cada empresa constituinte, assumindo igualmente que possui as condições legais adequadas ao exercício de atividade compatível com o objeto do Procedimento;
- d.** Todos os membros do agrupamento são individual e solidariamente responsáveis, perante a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, pela manutenção da sua proposta;
- e.** Não é permitida a alteração na composição do agrupamento de empresas, salvo autorização da entidade adjudicante, seja por substituição, entrada ou saída de qualquer membro, sob pena de exclusão do concurso;
- f.** A insolvência de qualquer das empresas integrantes de agrupamento concorrente, ou a pendência do respetivo processo, acarreta a imediata exclusão do concurso, seja qual for a fase em que o procedimento se



encontre, salvo quando se encontrarem abrangidas por um plano de recuperação de empresas, judicial ou extrajudicial, previsto na lei, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes empresas do agrupamento pelos prejuízos causados à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. O mesmo regime aplica-se à dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das empresas do agrupamento.

## **8. Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento**

**8.1.** As peças do procedimento encontram-se patentes no serviço de Apoio Administrativo da Divisão de Aquisição de Bens e Serviços – Departamento de Contratação e Notariado - Direção Municipal de Contratação Pública, do Município de Vila Nova de Gaia, sito na Rua Álvares Cabral, 4400-017 Vila Nova de Gaia, onde pode ser consultado durante as horas de expediente, desde a data do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

**8.2.** Nas consultas das peças de procedimento não é permitida a reprodução de cópias, fotografia ou processo semelhante, de quaisquer documentos, nem neles fazer qualquer tipo de inscrição.

**8.3.** As peças que constituem o presente concurso serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Vila Nova de Gaia, à qual poderão aceder através do seguinte endereço: <http://www.cm-gaia.pt> (menu informações/compras públicas)

**8.4.** O acesso à referida plataforma eletrónica, que permite ao interessado efetuar a consulta e descarregar as peças referidas no número anterior, só é possível mediante a credenciação do mesmo junto da empresa acinGov, que gere o domínio <http://www.acingov.pt>. A credenciação deverá ser efetuada através do sítio <http://www.acingov.pt> o qual indicará, os elementos necessários à identificação da empresa interessada.

**8.5.** A credenciação explicitada no número anterior permitirá ao interessado registado possuir um certificado de autenticação para o acesso à plataforma eletrónica.

**8.6.** A participação no concurso depende de prévia inscrição no procedimento, a ser efetuada no portal identificado no ponto 4.

**8.7.** Quando por qualquer motivo o programa de concurso ou o caderno de encargos não tiverem sido disponibilizados, nos termos do disposto no ponto 3, desde o dia da publicação do anúncio referido no n.º 1 do artigo 130.º, do CCP, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.



**8.8.** A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos, que foi publicitado o anúncio de procedimento.

**8.9.** É também exigido ao interessado a aquisição de um certificado qualificado (ex. Cartão de Cidadão, DigitalSign, Multicert, GTS, entre outros) de modo a poder assinar digitalmente todos os documentos constitutivos das propostas.

**8.10.** Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas, através da plataforma nos termos do Artigo 61.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

## **9. Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento**

**9.1.** Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados por escrito ao Júri do procedimento até às 17:00:00 horas do último dia do primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta.

**9.2.** Os concorrentes devem ainda, até às 17:00:00 horas do último dia do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

**9.3.** O incumprimento dos deveres previstos nos números anteriores tem as consequências previstas nos números 3, 4 e 5 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.

**9.4.** Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, o Júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados pelos concorrentes, bem como, o órgão competente para a decisão de contratar pronunciar-se sobre os erros e omissões por estes identificados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites até ao final daquele prazo.

**9.5.** Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, pode o órgão competente para a decisão de contratar, no mesmo prazo previsto no n.º 4, proceder oficiosamente à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, assim como prestar quaisquer esclarecimentos.

**9.6.** Os esclarecimentos, retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante e



juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo os concorrentes imediatamente notificadas desse facto.

**9.7.** Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## **Secção II – Proposta**

### **10. Proposta**

**10.1.** Nas propostas, os concorrentes manifestam a sua vontade de celebrar o contrato bem como os termos pelos quais se dispõe a fazê-lo.

**10.2.** As propostas apresentadas pelos concorrentes têm de respeitar as características e condições exigidas no Caderno de Encargos e a legislação em vigor.

**10.3.** Serão excluídas as propostas que não obedecerem a todas as características técnicas exigidas no Caderno de Encargos.

**10.4.** Quaisquer encargos relativos à elaboração das propostas, incluindo estudos, testes, disponibilização de amostras ou outras atividades com elas conexas, são suportados pelos concorrentes.

### **11. Documentos que Instruem a Proposta**

**11.1.** Com a apresentação da proposta o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade em contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.

**11.2.** Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

**11.3.** As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), devidamente preenchido e assinado conforme instruções constantes do **Anexo A** ao presente Programa de concurso;
- b) Declaração para Proposta de preço elaborada de acordo com o modelo constante do **Anexo B** ao presente programa de concurso (Minuta da proposta), que deverá ser integralmente preenchida, com valores sem IVA e indicando qual a taxa legal em vigor, se aplicável;



- c) Preenchimento da proposta de preço mensal para **assistência técnica mensal** de acordo com a **Listagem Anexo I** disponibilizada na plataforma eletrónica, com exclusão do IVA e indicando qual a taxa legal em vigor, se aplicável;
- d) Preenchimento da listagem de preços unitários para o **fornecimento de materiais** de acordo com a **Listagem Anexo II** disponibilizada na plataforma eletrónica, com exclusão do IVA e indicando qual a taxa legal em vigor, se aplicável;
- e) Preenchimento da listagem de preços unitários para o **fornecimento de equipamentos** de acordo com a **Listagem Anexo III** disponibilizada na plataforma eletrónica, com exclusão do IVA e indicando qual a taxa legal em vigor, se aplicável;
- f) Documentos comprovativos das especificações técnicas exigidas pelos números 1 e 2 da Cláusula 28.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos, nomeadamente, apresentação do comprovativo da certificação dos técnicos a afetar à execução do contrato, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro, para o manuseamento de gases refrigerantes fluorados, respeitando o Regulamento (UE) 2024/573, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa, que altera a Diretiva (UE) 2019/1937, bem como à formação de TIM III, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 102/2021, de 15 de novembro;
- g) Documento comprovativo que legitima quem assina e submete os documentos da proposta para obrigar a entidade concorrente no caso de Pessoa Coletiva, para cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, nomeadamente através de:
  - i. Certidão de registo comercial ou certidão permanente, com todas as inscrições em vigor ou o respetivo código de acesso à certidão permanente para a sua consulta online, nos termos legais em vigor, para comprovação da identidade dos titulares dos órgãos sociais de Administração, Direção ou Gerência que se encontrem em efetividade de funções.
  - ii. Procuração ou instrumento de mandato conferindo ao signatário os poderes para obrigar e vincular a entidade concorrente, devidamente certificada e autenticada para o efeito.

**11.4.** Em caso de divergência de preço (total ou unitário) entre o que é apresentado na listagem da plataforma eletrónica e o apresentado em documentos que instruem a proposta, prevalece sempre este último.

**11.5.** Os documentos que constituem a proposta são, nos termos do n.º 1 do art. 58.º do CCP, obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, no caso de tal não ser possível, serão acompanhados da devida tradução legalizada, declarando o concorrente que aceita a prevalência das traduções, para todos



os efeitos, sobre os respetivos originais.

**11.6.** Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos elencados no ponto 2 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada pelos representantes com poderes para obrigar ou representar cada um dos membros.

**11.6.** Caso o concorrente não instrua a sua proposta com algum dos documentos acima elencados a mesma será excluída em sede de análise de propostas.

## **12. Prazo de Apresentação de Propostas**

**12.1.** As propostas devem ser apresentadas até às 23:59:59 horas do dia indicado no Ponto 13 do Anúncio de Concurso, sendo este prazo contado a partir da data do envio, para publicação, do mesmo.

**12.2.** Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as que tenham sido assinadas e recebidas até à hora e data indicada no número anterior.

## **13. Apresentação de Proposta Variante**

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

## **14. Preço anormalmente baixo**

**14.1.** Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos, são definidas as situações em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo.

**14.2.** Define-se como preço anormalmente baixo todo o preço proposto que seja inferior a 20% ao preço base, definido nas seguintes parcelas:

- a) **Assistência técnica mensal:** Preço total de assistência técnica para os 36 meses do contrato = 126.000,00 € + IVA;
- b) **Fornecimento de materiais:**

$$\sum_{i=1}^n (PUMi \times Pmi)$$



Em que:

$PUMi$  = Preço unitário do Material  $i$  – 75.000,00€ + IVA

$Pmi$  = Ponderação para o fornecimento do Material  $i$

c) **Fornecimento de equipamentos:**

$$\sum_{i=1}^n (PUEi \times Pei)$$

Em que:

$PUEi$  = Preço unitário do Equipamento  $i$  – 250.000,00€ + IVA

$Pei$  = Ponderação para o fornecimento do Equipamento  $i$

## 15. Modo de Apresentação de Propostas

**15.1.** Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na Plataforma Eletrónica utilizada pelo Município de Vila Nova de Gaia, <http://www.acingov.pt>, através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, de acordo com o previsto no artigo 62.º do CCP e na Lei n.º 96 /2015 de 17 de agosto.

**15.2.** Todos os documentos terão de ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada conforme disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto, conciliada com o Decreto-Lei n.º 116-A/2006 de 16 de junho, na sua formulação mais recente.

**15.3.** A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

**15.4.** Cada ficheiro deverá conter apenas um documento devidamente titulado.

**15.5.** Os ficheiros que contêm os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados em ficheiro de extensão *pdf* e, preferencialmente, pela ordem indicada no ponto 11 do Programa de Concurso, sendo que a lista de preços unitários deverá ser apresentada através do preenchimento do Modelo disponibilizado na referida plataforma eletrónica.

**15.6.** Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes interessados submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

**15.7.** Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública



<http://www.acingov.pt>, pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

**15.8.** Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documento, dele constantes, estejam redigidos em língua portuguesa.

## **16. Publicitação da Lista de Concorrentes**

No dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Júri procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada, aplicando-se o disposto no artigo 138.º do CCP.

## **Secção III – Adjudicação e habilitação**

### **17. Critério de Adjudicação**

**17.1.** A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da **modalidade Monofator**, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, nos termos do artigo 74.º n.º 1 alínea b) do CCP, através da seguinte fórmula:

$$P_p = 36 \times P_{ATM} + \sum_{i=1}^n PUM_i P_{mi} + \sum_{i=1}^n PUE_i P_{ei}$$

Em que:

$P_p$  = Preço total da Proposta;

$P_{ATM}$  = Preço de Assistência Técnica Mensal;

$PUM_i$  = Preço unitário para os materiais proposto no Anexo II;

$P_{mi}$  = Ponderação para cada material definidas no Anexo II.1 – Mapa de ponderações;

$PUE_i$  = Preço unitário para os equipamentos propostos no Anexo III;

$P_{ei}$  = Ponderação para cada equipamento definidas no Anexo III.1 - Mapa de ponderações.

**17.2** A avaliação e ordenação das propostas será realizada por ordem crescente resultante do somatório da multiplicação do preço mensal proposto pelos 36 meses de execução do contrato acrescido do somatório dos preços unitários dos materiais (Anexo II.1 Ponderação materiais), e dos equipamentos (Anexo III.1 - Ponderações equipamentos) pelos respetivos coeficientes de ponderação;



**17.3** O somatório dos preços unitários apresentados multiplicados pelas ponderações (quer na componente de fornecimento e montagem dos equipamentos, quer no fornecimento e montagem de materiais) nunca poderá ultrapassar o valor correspondente ao preço máximo global fixado para cada uma dessas componentes, sob pena de exclusão.

**17.4** As ponderações definidas nos Anexos II.1, III.1 são meramente indicativas para efeitos de aplicação do critério de adjudicação;

**17.5** O resultado da aplicação da fórmula referida na alínea anterior serve apenas para efeitos de avaliação/ordenação de propostas, sendo que os concorrentes deverão sempre respeitar os preços base parciais definidos na cláusula 4.ª do caderno de encargos, sob pena de exclusão.

## **18. Prestação de Esclarecimentos pelos Concorrentes**

Os concorrentes são obrigados a prestar todos os esclarecimentos e suprimentos que lhes forem solicitados, no prazo e forma fixados pelo Júri, para completa apreciação das propostas, aplicando-se, a este respeito, o disposto no artigo 72.º do CCP.

## **19. Prazo de Obrigação de Manutenção das Propostas**

Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas por um período de **90 (noventa) dias úteis** contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

## **20. Relatório Preliminar, Audiência Prévia e Relatório Final**

**20.1.** Analisadas as propostas e aplicado o critério de adjudicação, o Júri elabora fundamentadamente, um relatório preliminar, nos termos do disposto no artigo 146.º do CCP, no qual propõe a ordenação das propostas apresentadas.

**20.2.** No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o Júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas cuja análise revele alguma das situações previstas no nº 2 do referido artigo 146.º do CCP.

**20.3.** O relatório preliminar é notificado, em simultâneo, a todos os concorrentes, podendo estes, num prazo de **5 (cinco) dias**, pronunciar-se, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

**20.4.** Concluída a audiência prévia, o Júri elabora um relatório final, nos termos do disposto no artigo 148º do CCP, que submete ao órgão com competência para a decisão de contratar.



**20.5.** Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

**20.6.** Compete ao Departamento de Contratação e Notariado / Divisão de Aquisição de Bens e Serviços, promover as notificações nos termos e para os efeitos previstos no artigo 77.º do CCP.

## **21. Adjudicação de propostas por lotes**

**21.1.** No presente procedimento não se encontra prevista a adjudicação por lotes, decisão fundamentada no respetivo processo administrativo, nos termos do disposto no artigo 46.ºA.

## **22. Critério de Desempate**

**22.1.** Em caso de empate na classificação final, entre duas ou mais propostas, estabelecem-se, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 74.º do CCP, como regras sucessivas de desempate:

- a) **1º Critério:** o menor preço proposto para a assistência técnica mensal;
- b) **2º Critério:** o menor preço proposto relativo ao “valor hora/homem” constante no anexo II;
- c) **3º Critério:** caso o empate persista após aplicação dos critérios de desempate anteriores, será efetuado um sorteio na presença dos elementos do júri, assim como dos representantes das respetivas entidades. Será marcada data e hora através da função “AVISO” da plataforma de compras públicas, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

Regras do sorteio:

- I. Será depositado em caixa opaca o nome das entidades concorrentes;
- II. Daí é extraído manualmente, pelo Presidente do Júri, um dos nomes, a que corresponde o concorrente classificado em primeiro lugar e assim sucessivamente para efeito de ordenação de todos os concorrentes empatados;
- III. Mesmo que algum dos representantes dos concorrentes não esteja presente realizar-se-á o sorteio. No caso de ausência de todos os representantes dos concorrentes proceder-se-á à sua realização apenas com a presença dos membros do júri, não constituindo tal motivo de invalidade;
- IV. Será elaborada ata do sorteio, assinada por todos os presentes.”

## **23. Documentos de Habilitação**

**23.1.** Nos termos do artigo 81.º do CCP, o Adjudicatário deve entregar, até às 17:00:00 horas do **10.º (décimo) dia útil**, a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos:



- a. Declaração elaborada em conformidade com o modelo previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP (Anexo II ao CCP), constante do **Anexo C** ao presente Programa de Concurso;
- b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente:
  - (i) Registo Criminal<sup>1</sup> (no caso de se tratar de pessoas coletivas, da própria pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência), que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
  - (ii) Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - (iii) Cópia de documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

**23.2. O prazo referido no ponto 23.1 pode ser prorrogado, como previsto no n.º 2 do artigo 85º, por uma única vez, através de solicitação do adjudicatário, por um período não superior a 5 dias.**

**23.3.** Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação por incumprimento da obrigação prevista no ponto 23.1, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo de **5 (cinco) dias** para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

**23.4.** Quando as situações previstas no ponto anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 5 (cinco) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

**23.5** – Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

**23.6.** Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do

---

<sup>1</sup> O registo criminal pode ser obtido mediante o preenchimento e envio de um requerimento por email ou através do Portal do Registo criminal online: <https://registocriminal.justica.gov.pt/>.



sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

**23.7.** Não obstante a ausência de indicação expressa neste documento, poderá ser solicitada ao Adjudicatário, em prazo a ser oportunamente fixado, a apresentação de qualquer documentação comprovativa da posse das habilitações legalmente exigidas para a adequada execução do objeto do contrato a celebrar.

**23.8.** Em cumprimento ao disposto no artigo 318º do CCP, a subcontratação fica condicionada à apresentação dos documentos de habilitação especificados no ponto 23.1. do potencial subcontratado

**23.9.** O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao Adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundamentada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

## **24. Registo Central de Beneficiário Efetivo<sup>2</sup>**

**24.1.** Em simultâneo com a apresentação dos documentos de habilitação, caso se trate de pessoa coletiva e, em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, deverá o adjudicatário apresentar documento comprovativo de registo no RCBE ou, em alternativa, facultar à entidade adjudicante o respetivo código de acesso.

**24.2.** Nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, a falta de apresentação do documento enunciado no número anterior impede a celebração do contrato objeto do presente procedimento.

**24.3.** O incumprimento da obrigação prevista no número 1 do presente artigo, determina a caducidade da adjudicação nos termos e para os efeitos previstos no artigo 87.º-A do CCP.

## **25. Outros documentos Obrigatórios**

O adjudicatário deve, ainda, apresentar, até à data indicada no ponto 23.1, ou seja, até às 17:00:00 horas do **10.º (décimo) dia** a contar da data de notificação da decisão de adjudicação), os seguintes documentos:

---

<sup>2</sup> O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>. Estão excluídas de apresentação do RCBE as entidades identificadas no art. 4º, do Anexo I da Lei nº 89/2017, de 21 de agosto



- a) Documento comprovativo de empresa certificada por organismo acreditado Certif, no âmbito do Dec.-Lei n.º 145/2017 de 30 de novembro;
- b) Documentos comprovativos das credenciais de habilitação como entidades Instaladoras de redes de gás e aparelhos a gás do tipo A + B, assim como respetivos seguros devidamente atualizados.

## **26. Caução**

**26.1.** No presente procedimento não é exigida a prestação de caução nos termos do nº2 do artigo 88.º do CCP.

## **27. Minuta do Contrato**

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não seja apresentada reclamação até às 17:00:00 horas do **5º (quinto) dia** subsequentes à respetiva notificação.

## **28. Reclamações quanto à minuta do Contrato**

**28.1.** São admissíveis reclamações quanto à minuta quando dela constem obrigações não contidas nos documentos que integram o contrato, ao abrigo do disposto do número 1 do artigo 102.º do CCP.

**28.2.** Em caso de reclamação, será competente para decidir quanto à mesma o órgão competente para a decisão de contratar, devendo comunicar ao reclamante, no prazo de **10 (dez) dias** a contar da data da receção da reclamação, o que houver decidido, entendendo-se que a rejeita se nada disser naquele prazo.

**28.3.** Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte do contrato.

**28.4.** Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelos adjudicatários são notificados a todos os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas.

## **29. Celebração do Contrato**

O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do CCP, sendo que a entidade adjudicante comunica ao adjudicatário o modo e o prazo para a assinatura do contrato.



### **30. Comunicações**

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, relativas à fase de formação do contrato serão efetuadas através da plataforma eletrónica nos termos do artigo 61º da Lei 96/2015 de 17 de agosto.

### **31. Contagem dos prazos**

Quando o termo do prazo para entrega de proposta coincida com dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.

### **32. Despesas e Encargos**

**30.1.** Constituem encargos dos concorrentes os custos inerentes à apresentação da proposta.

**30.2.** São encargos do adjudicatário:

- a. As despesas inerentes à prestação e/ou renovação da caução;
- b. As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato escrito;
- c. As despesas inerentes à celebração de todos os contratos de seguro exigidos por Lei ou pelo Caderno de encargos;
- d. Os emolumentos devidos ao Tribunal de Contas, em sede de fiscalização prévia, se aplicável.

### **33. Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas**

De acordo com o disposto no artigo 48.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua atual redação, ficam dispensados de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas os contratos cujo montante seja inferior a 750.000,00€ ou quando sejam contratos que estejam ou aparentem estar relacionados entre si e o valor global desses seja inferior a 950.000,00€.

### **34. Legislação Aplicável**

Em tudo o omissa no presente programa de concurso, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.



## ANEXO A

### (Instruções para preenchimento do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP))

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://visor.registrodelicitadores.gob.es/espd-web/filter?lang=pt>, devendo ser selecionadas as seguintes opções<sup>3</sup>:

- I. “Sou um operador económico”;
- II. “Importar um DEUCP”;
- III. “Carregar documento”;
- IV. Selecionar o país do concorrente;
- V. Preencher todos os campos;
- VI. No final, selecionar a opção “imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto com os documentos da proposta.

---

<sup>3</sup> O link de acesso ao DEUCP disponibilizado através do site do Portal Base encontra-se temporariamente desativado. Os concorrentes deverão utilizar o link indicado neste anexo que conduz aos serviços disponibilizados noutro Estado Membro – Espanha.



**ANEXO B**  
**(Modelo de declaração de proposta de preço(s))**

..... (indicar nome), com sede em  
....., com o número único de matrícula e de pessoa coletiva  
\_\_\_\_\_, depois de ter tomado conhecimento do objeto do contrato no procedimento referente a  
**Aquisição de Serviços de Manutenção de AVAC, Bombagem e Águas Quentes para os Centros de Saúde do**  
**Município de Vila Nova de Gaia (2025 – 2028)**, propõe-se prestar os serviços e fornecer os equipamentos e  
materiais que lhe vierem a ser adjudicados, em conformidade com o caderno de encargos, atendendo às  
especificações e condições técnicas exigidas, pelo preço total de \_\_\_\_\_ (por extenso e em euros) ao qual  
o mesmo se vincula, de acordo com as seguintes parcelas:

- a) **Assistência Técnica Mensal:** o preço mensal de € \_\_\_\_\_ (por extenso e em euros) que perfaz o  
preço total de € \_\_\_\_\_ (por extenso e em euros) para os 36 meses de execução do contrato;
- b) **Fornecimento de Materiais:** pelos preços unitários propostos no Anexo II, até se esgotar o preço  
global máximo (plafond) de **€75.000,00 + IVA**, para os 36 meses de execução do contrato;
- c) **Fornecimento de Equipamentos:** pelos preços unitários propostos no Anexo III, até se esgotar o  
preço global máximo (plafond) de **€250.000,00 + IVA**, para os 36 meses de execução do contrato.

À quantia supra mencionada que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado incidirá o respetivo imposto  
à taxa legal em vigor de \_\_\_\_ %.

\_\_\_\_\_  
*[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]*



**ANEXO C**  
**Modelo de declaração conforme Anexo II do CCP**

**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º